

**Aviso n.º 7829/2006 — AP**

A Dr.ª Maria de Fátima D. Almeida, juíza de direito do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Almada, faz saber que, no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 134/04.2PTALM, pendente neste Tribunal contra o arguido Aldemiro João Batista do Rosário, filho de João Batista do Rosário e de Maria de Fátima do Rosário, natural de Almada, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Agosto de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 14313227, com domicílio na Rua Nuno Gonçalves, 28, 2810-310 Laranjeiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Abril de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

4 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima D. Almeida*. — A Escrivã-Adjunta, *Margarida Granadeiro*.

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE****Aviso n.º 7830/2006 — AP**

A Dr.ª Helena Cristina Serrano Soares, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 66/03.1TAAMT, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel António de Magalhães, filho de Manuel Magalhães e de Ana de Jesus, natural de Porto, Cedofeita, Porto, nascido em 20 de Outubro de 1951, titular da identificação fiscal n.º 127415076 e do bilhete de identidade n.º 3412719, com domicílio na Rua Nova, Casal de Rei, Bloco 2, 3.º, esquerdo, 4590 Paços de Ferreira, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 12 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

20 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Helena Cristina Serrano Soares*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Dina Nunes de Barros*.

**3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE****Aviso n.º 7831/2006 — AP**

A Dr.ª Alexandra da Silva Marques Lopes, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 709/98.7TBAMT (antigo n.º 202/1999), pendente neste Tribunal contra o arguido Ricardo Maciel dos Santos Martinho, filho de Serafim de Jesus Martinho e de Maria José de Jesus Santos Martinho, natural de Britiande, Lamego, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Dezembro de 1975, casado, titular do bilhete de identidade n.º 11984935, com último domicílio conhecido na Avenida da República, 2.º, direito, Vila Cova, 4610 Felgueiras, por se encontrar acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 21 de Março de 1998, por despacho de 14 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por

finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, pela aplicação da Lei n.º 48/05 de 29 de Agosto, designadamente o referido no artigo 11.º, n.º 1, alínea a).

21 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Alexandra da Silva Marques Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, *Virgínia Teixeira da Cunha Campos Cerqueira*.

**TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARES****Aviso n.º 7832/2006 — AP**

A Dr.ª Eunice Maria Moura Barros, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Amares, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 264/05.3GAAMR, pendente neste Tribunal contra o arguido José Carlos dos Santos Fernandes, filho de Francisco Fernandes Órfão e de Maria dos Reis Coelho dos Santos Fernandes, natural de Chaves, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Junho de 1980, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12044383, com domicílio na Rua da Fonte, 7, rés-do-chão, Gualtar, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 11 de Dezembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e bilhete de identidade, passaporte ou a sua renovação.

15 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Eunice Maria Moura Barros*. — O Escrivão-Adjunto, *Nelson Ferreira de Castro*.

**1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA****Aviso n.º 7833/2006 — AP**

A Dr.ª Maria Manuel Rijo Araújo Silva, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Anadia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 113/03.7GDAND, pendente neste Tribunal contra o arguido Aníbal da Silva Martins, filho de Manuel Dias Martins e de Maria José Ferreira da Silva, natural de Portugal, Anadia do Tamengos, Anadia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 8 de Dezembro de 1969, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 10083262, com domicílio na Avenida de Madrid, 1, 3.º, Argreda, Soria, 42180, Espanha, e em Portugal na Rua da Europa, 12, por trás do cemitério, Aguada de Baixo, Águeda, o qual se encontra iniciado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, praticado em 15 de Fevereiro de 2003, por despacho de 27 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter sido detido e presente neste Tribunal.

28 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuel Rijo Araújo Silva*. — O Escrivão-Adjunto, *Alípio Pereira*.

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA****Aviso n.º 7834/2006 — AP**

O Dr. Justino Strecht Ribeiro, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Anadia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 100/05.0GDAND, pendente neste Tribunal contra o arguido Vitaly Hrab, filho de Ivan Hrab e de Stefania, natural de Ucrânia, nascido em 5 de Maio de 1980, pedreiro, titular da identificação fiscal n.º 238562972, com domicílio em Ancas, 3780 Anadia, por se encontrar acusado da prática dos crimes de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 3 de Julho

de 2006, um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 3 de Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

30 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Justino Strecht Ribeiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José Martins*.

## TRIBUNAL DA COMARCA DE ANSIÃO

### Aviso n.º 7835/2006 — AP

A Dr.ª Mafalda Cortez, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Ansião, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2/98.5TBANS, pendente neste Tribunal contra o arguido António Mendes Nunes da Silva Lopes, filho de Américo Nunes da Silva e de Georgina de Jesus Mendes, natural de Cabeçudo, Sertã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Abril de 1960, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7930512, com domicílio em 154 Rue Lependre, 75017 Paris, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 17 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a

contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

21 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Mafalda Cortez*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Silvina C. Alves Pires*.

## TRIBUNAL DA COMARCA DE ARCOS DE VALDEVEZ

### Aviso n.º 7836/2006 — AP

O Dr. Manuel Eduardo Sampaio, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Arcos de Valdevez, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 199/95.6TBAW, pendente neste Tribunal contra o arguido José Gonçalves da Costa de Sousa, filho de José Manuel da Costa Sousa e de Palmira de Sousa Gonçalves, natural de Portugal, Ponte de Lima, Rebordões, Santa Maria, Ponte de Lima, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Maio de 1964, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7436232, com domicílio na Casais, Rebordões, Santa Maria, 4990 Ponte de Lima, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 25 de Outubro de 1999, por despacho de 16 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detendo.

17 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Eduardo Sampaio*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Glória da Silva Araújo Amorim*.

## TRIBUNAL DA COMARCA DE ARRAIÓLOS

### Aviso n.º 7837/2006 — AP

O Dr. Pedro Pleno de Gouveia, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Arraiolos, faz saber que, no processo

abreviado, n.º 8/03.4GBARL, pendente neste Tribunal contra o arguido Marchenko Oleksandr, filho de Georgy e de Katerina, natural de Ucrânia, nascido em 13 de Dezembro de 1958, casado, titular do passaporte n.º Ah834969, com domicílio na Rua da Liberdade, 21, Alqueva, 7220 Alqueva, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, praticado em 27 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

27 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Pleno de Gouveia*. — A Escrivã-Adjunta, *Mariana Diniz*.

## 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

### Aviso n.º 7838/2006 — AP

A Dr.ª Paula Cristina Santos, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que, no processo comum (Tribunal Colectivo) n.º 3020/06.8TB AVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Bruno Filipe Flório Teixeira, filho de Arlindo Mendes Teixeira e de Maria Elisa de Jesus Flório Teixeira, natural de Glória, Aveiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Julho de 1981, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11877468, com domicílio na Estabelecimento Prisional de Aveiro, 3800 Aveiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 7 de Dezembro de 2004, por despacho de 14 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

17 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Santos*. — O Escrivão-Adjunto, *Victor Renato Costa*.

### Aviso n.º 7839/2006 — AP

A Dr.ª Paula Cristina Santos, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 582/05.0TAAVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Hernâni Abreu da Silva, filho de Manuel Nunes da Silva e de Arminda Nunes Abreu, natural de São João de Loure, Albergaria-a-Velha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Julho de 1942, divorciado, titular da identificação fiscal n.º 172643830 e do bilhete de identidade n.º 1597712, com domicílio na Rua da Igreja, sem número, Vilarinho, Cacia, 3800 Aveiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 22 de Maio de 1998, por despacho de 14 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por prestação de termo de identidade e residência.

17 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Conceição Sá*.

### Aviso n.º 7840/2006 — AP

A Dr.ª Paula Cristina Santos, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1021/03.7PBAVR, pendente neste Tribunal contra o arguido